



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# Ética, Direitos Humanos e Dignidade



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# Ética, Direitos Humanos e Dignidade

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E84 Ética, direitos humanos e dignidade 1 [recurso eletrônico] /  
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –  
Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-410-8

DOI 10.22533/at.ed.108201809

1. Direitos humanos. 2. Ética. I. Vasconcelos, Adaylson  
Wagner Sousa de.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Em **ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIGNIDADE – VOL. I**, coletânea de dezessete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir do prisma da ética, dos direitos básicos ao sujeito social e dessa construção alicerçada na dignidade do sujeito enquanto detentor de direitos a serem assegurados pelo agente estatal.

Temos, nesse primeiro volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam os direitos humanos, a proteção da criança e do adolescente, o direito e a bioética, impactos ambientais decorrentes da ação humana, além de uma seção de temas diversos.

Na etapa dos direitos humanos há análises interessantes como sobre ordem econômica e desenvolvimento, fundamentação de decisões judiciais, vulnerabilidades e educação, a descriminalização do aborto e a crise humanitária em razão da migração em busca de refúgio.

Na proteção da criança e do adolescente são verificadas contribuições que versam sobre o ser criança e a política de assistência social em Caruaru, município de Pernambuco.

Em direito e bioética são encontradas questões como o nascituro microcéfalo e bioética e odontologia.

No debate impactos ambientais decorrentes da ação humana, aqui é contemplada a atividade da mineração, conflitos de moradia em unidade de conservação em João Pessoa, município da Paraíba, bem como a violação de direitos de mulheres atingidas por barragens.

Por fim, temas diversos atinge os abordagens sobre desafios da relação humanidade, culturas e meio ambiente em momentos de pandemia, a antiética na investigação científica, o lawfare e a atividade jurisdicional, cartel e responsabilidade civil, além do pensamento decolonial.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!  
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS TENTATIVAS DE REFORMA DA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO UM DIREITO HUMANO	
Bianca Lucena Simões	
Tháís Luna de Carvalho Tito	
Rafael Baltar de Abreu Vasconcelos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1082018091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS COMO UM DOS DIREITOS HUMANOS	
Pedro Henrique dos Santos	
Marcos César Botelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1082018092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
ESTRATÉGIAS DE LAZER DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DIREITOS HUMANOS	
Ana Cristina Do Nascimento Peres Albernaz	
Claudio Roberto Araújo Castro	
Dalila Maria de Fátima Lisbôa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1082018093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Letícia do Carmo Souza	
Danielle Heloísa Bandeira Mendes	
Hérika Juliana Linhares Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1082018094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
CRISE HUMANITÁRIA DE REFUGIADOS: O EXACERBADO NACIONALISMO EUROPEU À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Danielle Heloísa Bandeira Mendes	
Letícia do Carmo Souza	
Hérika Juliana Linhares Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1082018095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
MIRACEMA: O DIREITO DE SER CRIANÇA	
Camila Alessandra Scarabel	
Danielle Gonçalves Correia	
Denise de Carvalho Campos	
Helena de Jesus Abreu Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1082018096</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: UMA LEITURA DA POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CREAS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE	
Karinny Lima de Oliveira Maria Perpétua Socorro Dantas Daniele Medeiros Pereira Joana D'arc da Silva Figueirêdo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1082018097</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
A DESUMANIZAÇÃO DO NASCITURO MICROCÉFALO	
Thiago Guedes de Oliveira Lima Anna Luiza de Carvalho Lisboa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1082018098</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>88</b>
BIOÉTICA E ODONTOLOGIA: REVISÃO BIBLIOMÉTRICA DE LITERATURA	
Christiana Almeida Salvador Lima Wellington Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1082018099</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
RETORNO DAS OPERAÇÕES DA SAMARCO MINERAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE A LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR	
Marcelo Quintino dos Santos Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10820180910</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>115</b>
CONFLITOS DE UMA MORADA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: REFLETINDO SOBRE AS RESIDÊNCIAS NAS ÁREAS PROTEGIDAS DO JACARAPÉ EM JOÃO PESSOA, PB	
Tereza Cristina Araújo de Oliveira Rogério dos Santos Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10820180911</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>125</b>
A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS	
Laine Motter Oliveira Ana Cecília de Araújo Teixeira Érica Fernanda dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10820180912</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>133</b>
ANÁLISE DO MODELO FUNDADO PELA SOCIEDADE MODERNA, A CRISE DA MODERNIDADE E AS PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA RELAÇÃO HUMANIDADE,	

## CULTURAS E MEIO AMBIENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Emanoel Ferdinando da Rocha Jr.  
Cicera Maria Alencar do Nascimento  
Tereza Lúcia Gomes Quirino Maranhão  
Mabel Alencar do Nascimento Rocha  
Jorge Luiz Gonzaga Vieira  
Thiago José Matos Rocha  
Adriane Borges Cabral

**DOI 10.22533/at.ed.10820180913**

## **CAPÍTULO 14..... 145**

### **OS DESDOBRAMENTOS PROVENIENTES DA PRÁTICA DO CARTEL: UMA ANÁLISE À LUZ DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

Francisco das Chagas Bezerra Neto  
Raíssa Julie Freire Gouvêa  
Clarice Ribeiro Alves Caiana  
José Nunes de Oliveira Neto  
Hugo Sarmiento Gadelha  
Aline Carla de Medeiros  
Patrício Borges Maracajá

**DOI 10.22533/at.ed.10820180914**

## **CAPÍTULO 15..... 155**

### **PRÁCTICAS ANTIÉTICAS EN LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA**

Clayson Marlei Figueiredo

**DOI 10.22533/at.ed.10820180915**

## **CAPÍTULO 16..... 172**

### **O LAWFARE COMO UM PRODUTO DO JUIZ HÉRCULES, UM STANDARD DA JURISTOCRACIA**

Francisco de Assis Macedo Barreto

**DOI 10.22533/at.ed.10820180916**

## **CAPÍTULO 17..... 182**

### **O NEGRO E O PENSAR DECOLONIAL: DOS MALÊS À MARIGHELLA – UM POVO CHAMADO REVOLUÇÃO**

Ivan Azevedo do Nascimento  
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

**DOI 10.22533/at.ed.10820180917**

## **SOBRE O ORGANIZADOR..... 190**

## **ÍNDICE REMISSIVO..... 191**

# CAPÍTULO 9

## BIOÉTICA E ODONTOLOGIA: REVISÃO BIBLIOMÉTRICA DE LITERATURA

*Data de aceite: 01/09/2020*

*Data de Submissão : 09/07/2020*

### **Christiana Almeida Salvador Lima**

Centro Universitário de Pato Branco – UNIDEP.  
Pato Branco - Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/1665647009268208>

### **Wellington Lima**

Centro Universitário de Pato Branco – UNIDEP.  
Pato Branco - Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/3385113122273104>

**RESUMO:** A Bioética deve direcionar a prática pedagógica em todas as disciplinas da graduação e pós-graduação em odontologia, para que o cirurgião dentista tenha autonomia sobre os dilemas éticos que surgirem ao longo de sua vida profissional. Uma avaliação diagnóstica compreendendo como a Bioética vem sendo apresentada como disciplina e toda a sua vivência na formação destes profissionais foi o objetivo deste estudo, uma revisão de literatura que investigou as publicações na base de dados PUBMED, SCIELO, BIREME, MEDLINE, LILACS e GOOGLE ACADÊMICO, utilizando os descritores: “Bioética”, “Odontologia”, “Bioethic” e “Dentistry”. Foram identificadas 51 publicações, sendo que 62,75% corresponderam a artigos originais, avaliando a bioética como disciplina, a funcionalidade do Banco de Dentes Humanos, a prática profissional, e as pesquisas relacionadas ao tema. Constatou-se a necessidade de inclusão da disciplina de bioética, preferencialmente no

primeiro ano de graduação, e que ela possa ser vista pelos discentes não apenas como um conteúdo teórico, mas que trilhe todos os passos da vida acadêmica e perdue para vida em atitudes de respeito, ética e porque não, amor ao próximo. Para tanto, todo docente deve, além de ter embasamento sobre o assunto, entender que a sala de aula é composta de alunos com exposição a referências morais diferentes e, portanto, uns precisam de mais direcionamento que outros, para que os princípios da bioética sejam vistos e compreendidos na prática. Ademais, sob o olhar da bioética, o ser professor acarreta uma atitude de honestidade entre o seu discurso e as suas ações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bioética, Educação Superior, Odontologia.

### **BIOETHICS AND DENTISTRY: BIBLIOMETRIC LITERATURE REVIEW**

**ABSTRACT:** Bioethics should direct pedagogical practice in all undergraduate and postgraduate courses in dentistry, so that the dentist has autonomy over the ethical dilemmas that arise during his professional life. A diagnostic evaluation comprising how Bioethics has been presented as a discipline and all its experience in the training of these professionals was the objective of this study, a literature review that investigated the publications in the database PUBMED, SCIELO, BIREME, MEDLINE, LILACS and GOOGLE ACADEMIC, using the descriptors: “Bioética”, “Odontologia”, “Bioethic” and “Dentistry”. A total of 51 publications were identified, of which 62.75% corresponded to

original articles, evaluating bioethics as a discipline, the functionality of the Human Tooth Bank, professional practice, and related research. The need to include the discipline of bioethics, preferably in the first year of undergraduate studies, has been found, and that it can be seen by students not only as a theoretical content, but that tread all steps of academic life and lasts for life in attitudes of respect, ethics and why not, love the next. In order to do so, every teacher should, in addition to having a foundation on the subject, understand that the classroom is composed of students with different moral references and therefore some need more guidance than others, so that the principles of bioethics are seen and understood in practice. Moreover, under the view of bioethics, being a teacher entails an attitude of honesty between his discourse and his actions.

**KEYWORDS:** Bioethics, Education Higher, Dentistry.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Bioética pode ser definida como “o estudo sistemático das dimensões morais - incluindo visão moral, decisões, conduta e políticas - das ciências da vida e atenção à saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas em um cenário interdisciplinar” (REICH, 1994). Sendo assim, trata-se de uma divisão da ética, da responsabilidade do ser humano com o próximo e com a humanidade (COMTE-SPONVILLE, 1997 apud GOLDIM, 2006).

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de formação superior em saúde mencionam a necessidade de incorporação de conteúdos relacionados a ética e bioética, como forma de devolver a sociedade profissionais ética e socialmente comprometidos (JUNQUEIRA et al. 2012). Para que o cirurgião dentista tenha autonomia frente aos dilemas que envolvem a ética e a bioética ao longo de sua vida profissional torna-se vital que nas fases iniciais de educação profissional o tema tenha sido desenvolvido por seus educadores de forma a buscar um profissional mais crítico, responsável por suas ações e consequências, beneficência, não maleficência e equidade (FREIRE; TUNES, 2017).

Esta competência fica a encargo dos docentes, que por sua vez no que tange aos cursos de odontologia vem, em sua maioria, de uma escola tecnicista, necessitando antes estarem aptos e dispostos a focarem o aluno como sujeito ativo, induzindo a reflexão e a crítica e, sobretudo, referenciar que embora haja muito desenvolvimento das tecnologias ditas pesadas não se pode negligenciar o embasamento ético (FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2011). Esse tecnicismo vivenciado no ensino odontológico menospreza as dimensões do ser humano que interferem no processo saúde-doença, como as dimensões ético-política, social e cultural (AMORIN; SOUZA, 2010). Fica explícito a necessidade da bioética não ser somente uma disciplina curricular, sendo que a transmissão de valores e as atitudes de todos docentes também contribuem para a educação integral e humanizada do aluno (PUPLAKSIS et al. 2010; NÓBREGA et al. 2015).

Historicamente as discussões sobre os benefícios da reflexão ética tanto comportamental como em pesquisas é algo recente e, por conseguinte, as formas de

inserção da disciplina na graduação e pós-graduação de odontologia estão em construção (GALVÃO et al. 2010; GONÇALVES et al. 2010).

A Bioética deve direcionar a prática pedagógica em todas as disciplinas da graduação e pós-graduação em odontologia, vindo a contribuir para o desenvolvimento do aluno de forma crítica, reflexiva e humanizada. Torna-se importante fazer uma avaliação diagnóstica, através de revisão de literatura, de como a Bioética vem sendo apresentada como disciplina e toda a sua vivência na formação destes profissionais.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura científica visando investigar as publicações na base de dados PUBMED, BIREME e GOOGLE ACADÊMICO, utilizando-se os descritores: “Bioética”, “Odontologia”, “Bioethic” e “Dentistry”. Quanto aos critérios adotados para a inclusão neste estudo, foram utilizados estudos que possuíam tema ‘Bioética e Odontologia’ disponibilizados gratuitamente na íntegra; todavia os trabalhos de pesquisa de campo deveriam ter sido realizados no Brasil. Não foram estabelecidos limites quanto ao ano, entretanto foram excluídos artigos de reflexão teórica, dissertações, teses e resenhas. Quanto ao idioma buscou-se artigos em inglês e português.

No primeiro momento será abordada a Bioética como disciplina, sua origem e razão de existir dentro dos cursos de graduação e pós-graduação de odontologia; em seguida a importância do tema no processo de ensino-aprendizagem; e por fim o papel do professor como educador dos valores da ética e bioética na vivência dos discentes e as experiências exitosas relatadas na literatura que estimulem o aluno as questões bioéticas.

A Bioética é uma área de conhecimento que estuda os aspectos morais dentro das ciências da saúde, sugerindo critérios de decisão, conduta e normas morais (GALVÃO et al. 2010). A busca incessante do ser humano em superar seus limites e a evolução tecnológica, fruto deste trabalho, refletiram em serviços nada humanizados, contestadores e abusivos (LIMA; SOUZA, 2010). Sendo assim, a ética passa a refletir as normas e condutas resultantes de exercício crítico da razão, e está interligada as transformações da sociedade e do meio ambiente (PIRES; CERVEIRA, 2003; CARNEIRO et al. 2010); abrangendo a conservação da espécie humana e os problemas de saúde pública, e a relação profissionais de saúde e pacientes (MONTEIRO, 2005).

A palavra Bioética, de origem grega Bio + Ethik, foi utilizada pela primeira vez em meados de 1927 por Fritz Jahr, que tratava das obrigações éticas nas relações com o ser humano e com todos os seres vivos, entretanto o neologismo ‘Bioethics’ surgiu 47 anos após essa publicação (GOLDIM, 2006). Em 1970, Van Rensselaer Potter utilizou o termo ‘Bioética’ pela primeira vez na publicação intitulada ‘Bioética, a Ciência da Sobrevivência’, e logo em seguida, em 1971, ‘Bioética, uma ponte para o futuro’, enfatizando a ‘responsabilidade social e ambiental’ frente aos direitos individuais (GALVÃO et al. 2010).

Nesta obra fica explícito a preocupação do autor com o futuro da humanidade frente aos avanços da biologia sem os questionamentos dos valores humanos (GOLDIM, 2006; FIGUEIREDO; GARRAFA; PORTILLO, 2009). Paralelamente, André Hellegers, utilizou-se do termo 'Bioética' na criação do *Joseph and Rose Kennedy Institute for the Study of Human Reproduction and Bioethics*, um centro de estudo destinado à reprodução humana, e tratando a Bioética como uma conexão entre medicina, filosofia e ética (PESSINI, 2005). Assim surge a Bioética, com dois enfoques distintos, de um lado Potter associando 'conhecimentos biológicos e valores humanos', sobre a perspectiva da 'macrobioética'; e de outro, Hellegers, combinando ciência e ética', inspirado nos problemas da 'microbioética' (PESSINI, 2005). Qualquer que seja o enfoque, o neologismo buscou o agir baseado na razão e nos valores, buscando o coletivo acima do indivíduo (FIGUEIREDO; GARRAFA; PORTILLO, 2009). Mais tarde, em 1988, Potter amplia seu conceito para uma ética global, fundamentada em instituições e reflexões científicas, que unem a ética médica e a do meio ambiente, salvaguardando o ser humano (PESSINI, 2005). Expressão clara quando se menciona que "este senso de humanidade é inerente e fundamental à Bioética. Pensar Bioética é pensar de forma solidária, é assumir uma postura íntegra frente ao outro e, conseqüentemente, frente à sociedade e à natureza" (GOLDIM, 2006, p. 91).

Ainda que incontestável a significância dos trabalhos de Potter e Hellegers, há relatos que o tema 'Ética e Pesquisa' surgiu após o término da Segunda Guerra Mundial, com o julgamento em Nuremberg, que levou a criação do Código de Nuremberg (1949), todavia, é sabido que, mesmo após o Código, ainda havia relatos de abuso nas pesquisas com seres humanos, já que os julgamentos estavam mais relacionados aos crimes nazistas do que a postura dos médicos envolvidos (MACEDO, 2017).

As pesquisas científicas começaram a ser questionadas quanto a riscos e benefícios em razão de alguns casos como o 'Projeto de Tuskegee'(1932-1972), onde pacientes com Sífilis não foram apresentados ao seu diagnóstico e, posteriormente, ao tratamento eficaz, mesmo após sua descoberta. E, no contexto da odontologia, o 'Estudo de Vipeholm'(1952), onde pacientes de uma instituição psiquiátrica (Hospital de Vipeholm) foram submetidos a uma dieta rica em sacarose e ausência de higienização dental sem o consentimento dos familiares, transformou os conceitos de etiologia da doença cárie, sendo referenciado até os dias atuais (LUCATO; JORGE; JORGE, 2011). Concomitante a estes casos houve a publicação de Henry Beecher, em 1966, alegando que a falta de ética na pesquisa estendia-se como uma progressão geométrica e não como casos pontuais como os acima citados, correlacionando cinquenta pesquisas de ética questionável as suas referências também de caráter duvidoso, e alertando sobre a necessidade de normas para a pesquisa científica; e, em 1964, a Associação Médica Mundial (AMM) redige a Declaração de Helsinki, a qual conduzirá as pesquisas médicas mundiais (MACEDO, 2017).

Com o livro 'Princípios de Ética Biomédica' (1979), enciclopédia que organiza o conhecimento e os modelos de ensino, a Bioética alicerça-se como norteadora das

pesquisas envolvendo seres humanos, fundamentada em quatro princípios: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça (MONTEIRO, 2005; FIGUEIREDO; GARRAFA; PORTILLO, 2009; GALVÃO et al. 2010), solidificando-se como Bioética do ‘princípioalismo’ (MONTEIRO, 2005). Princípios que foram transformados em ‘valores’, de contexto multidisciplinar, e aprovados pela UNESCO na Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos (PESSINI, 2005).

Além da bioética principialista, ainda houve outras correntes a se citar, como o personalismo (ética discursiva), a Bioética de intervenção social e a Bioética de proteção. Contudo, todas essas metodologias, na prática, externaram a Bioética como disciplina reguladora das ações humanas, com responsabilidade com o ser humano, o meio ambiente e os animais (CERRI; GUARIM; GENOVESE, 2015).

No Brasil, a bioética nasce pautada na corrente principialista, dentro dos centros de pesquisa e estudos nas universidades brasileiras, com a fundação, em 1995, da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e a Resolução CNS nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, criando os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tornando obrigatória a exposição de protocolos de pesquisa a estes comitês, os quais passam a ter, segundo Almeida et al. (2008, p.83), ‘caráter educativo, consultivo, normativo e fiscalizador’. E, com a incorporação da Bioética como disciplina, voltou-se a ética antropológica (GARRAFA, 2000).

A inclusão da luz da Bioética na formação profissional na área de saúde torna-se fundamental para reflexões morais e decisões conscientes ao longo da vida (SCANNAVINO et al. 2011; SANTOS; AZEVÉDO, 2012; MARINOZZI et al. 2013; FREIRE; TUNES, 2017). Foi institucionalizada no Brasil em ambiente universitário com a criação dos Comitês de Ética em Pesquisa, e incluída em currículos dos Cursos de Graduação da Saúde com as Diretrizes Curriculares Nacionais a partir de 2002, caminhando lentamente, visto ‘que exige mobilidade e criatividade e também a modificação dos moldes tradicionais adotados na maioria das universidades’ (PAIVA; GUILHEM; SOUSA, 2014, p.357). São observados três modelos de ensino da disciplina vigentes no país: a bioética associada à ética profissional, a inserida no contexto da problematização e a disciplina de bioética de forma independente (FIGUEIREDO; GARRAFA; PORTILLO, 2009).

De interesse à odontologia a Bioética interage com a experimentação com seres humanos e na humanização das relações assistenciais (LUCATO; JORGE; JORGE, 2011), destacando a universidade como um espaço ímpar para o desenvolvimento global do indivíduo (NÓBREGA et al. 2015). Muitas são as possibilidades de trabalho do cirurgião dentista nos dias atuais, entretanto, independente do caminho a ser seguido, os princípios da ética e da bioética devem ser norteadores da conduta profissional (MALUF; PYRRHO, 2015; FREIRE; TUNES, 2017). Convém destacar que o cirurgião-dentista ainda trabalha focado na especialidade, sem se atentar para o que o circunda, assim como o professor, que age como um pesquisador, priorizando as tecnologias e especialidades, e não tendo

ciência do seu papel em formar um profissional mais comprometido com a sociedade (FINKLER, CAETANO E RAMOS, 2014). Assim, independente de haver a disciplina de Bioética, todo corpo docente do Curso de Odontologia deve comprometer-se com a construção deste profissional, visto que ‘representa um modelo de referência a ser seguido pelos estudantes, tanto de habilidade técnica quanto de postura ética diante das situações cotidianas nas clínicas’(GONÇALVES; VERDI, 2005, p.204), e que, portanto, o tema deve ser abordado do início ao fim do curso sendo interposto dentro das disciplinas vigentes (NÓBREGA et al. 2015). Além disso, a consciência de que o comportamento moral destes alunos não necessariamente tenha atingido a maturidade necessária à prática profissional, deve repensar a formação acadêmica, ‘considerando tanto a ética pedagógica quanto os diferentes paradigmas conceituais socioeducativos, buscando aprimorá-los para que proporcionem alternativas de trabalho viáveis e humanizadoras’ (ORESTES-CARDOSO; MELO; ORESTES-CARNEIRO, 2015, p.185).

Todavia, a formação dos profissionais de saúde ainda se caracteriza como fragmentada e tecnicista, não levando o aluno a refletir sobre os problemas apresentados no cotidiano (SANCHEZ et al. 2012; SANTOS; AZEVÊDO, 2012), e que, para tanto, na tomada de decisão, a escolha seja baseada em valores éticos e morais (PAIVA; GUILHEM; SOUSA, 2014). Outro fator a ser considerado é o Código de Ética Odontológico, que embora tenha sido reformulado há pouco tempo, ainda é focado em questões legais e não em conflitos éticos, centrado no paciente (NÓBREGA et al. 2015). Cabe ao docente incluí-la no processo de ensino-aprendizagem tanto no currículo formal, como no oculto (FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2014), motivando as decisões pautadas nos valores, usando metodologias problematizando casos reais (LEITE et al. 2017).

O primeiro direcionamento quando se menciona a Bioética diz respeito à pesquisa científica, entretanto Araújo (2003, p.63) já alertava que ‘a simples observância de normas, leis e recomendações éticas não garantirá a eticidade da pesquisa’. Ficando explícito que não bastam as normas, faz-se necessário ensinar a conduta.

Como bem exemplificado no trabalho de Freitas et al. (2010), os quais investigaram o uso de dentes humanos utilizados em pesquisas odontológicas a luz da bioética desde a criação dos Comitês de ética em 1996 mencionados em periódicos brasileiros com acesso *online*. Dos artigos incluídos na pesquisa: 80,7% utilizaram de dentes humanos para fins de pesquisa e destes apenas 21,5% submeteram a pesquisa ao CEP; ainda 71,2% não mencionaram a fonte de obtenção destes dentes, sendo que o banco de dentes foi responsável por 57,6% dos dentes de origem reconhecida (28,8%). Abordaram sobre a necessidade de rigor ético e metodológico como forma de aprimoramento dos periódicos estudados.

Outra pesquisa relacionada ao tema, entrevistando docentes e discentes de uma universidade brasileira, menciona que 11 % destes alunos já compraram dentes humanos, até mesmo dos próprios colegas, embora a forma mais comum de obtenção de dentes

para utilização em disciplinas laboratoriais tenha sido a doação por dentista conhecido (72%); o assunto foi abordado informalmente pela maioria dos professores de disciplinas laboratoriais, com exceção de uma disciplina, contudo 19,2% dos participantes declararam nunca terem recebido considerações éticas e legais a respeito (FELIPE et al. 2014).

A funcionalidade do BDH implantado em uma universidade brasileira foi o tema de avaliação de Costa et al. (2012), os quais constataram que os dentes foram utilizados em disciplinas laboratoriais (94,2%) e pesquisa (4,7%), sendo doados pelos próprios discentes, comunidade e docentes; concluíram que o BDH contribuiu para os fins universitários de forma ética, legal e de conformidade com as normas de biossegurança do país. Barros et al. (2011) compartilharam dos mesmos resultados quando avaliaram a implantação do BDH em outra instituição brasileira. O BDH é uma questão bioética desconhecida de muitos profissionais, um questionário aplicado aos profissionais próximos a uma universidade brasileira, com o intuito de mensurar o conhecimento destes cirurgiões dentistas e também divulgar o funcionamento do BDH a comunidade, constatou que 97% dos profissionais incluídos afirmaram que doariam dentes extraídos a um BDH, sendo que 92% doariam um elemento próprio e 65% relataram conhecer um BDH (SLONGO; DALLANORA; DALLANORA, 2016).

Quando a fotografia de pacientes foi questionada observou-se que graduandos, pós-graduandos e docentes já realizaram fotos de pacientes em clínica, e embora todos reconheçam o que é o termo de consentimento, uma parcela considerável nunca o requisitou - 46,7% dos alunos, 39,3% dos pós-graduandos e 42,6% dos docentes (SANTOS; TONIN; SILVA, 2011).

Outro documento que remete a questão bioética é o Consentimento Informado (CI), pois é no momento que o paciente o assina que entende o plano de tratamento possível, riscos e benefícios, custos, técnicas e materiais a serem utilizados, e o prognóstico. Sendo assim, é através do CI que o princípio da autonomia aflora, podendo o paciente fazer suas escolhas a partir das considerações apresentadas pelo cirurgião dentista, e também refletida em casos onde o tratamento é dependente da colaboração do paciente, que pode ser na própria higiene bucal adequada (MALUF; AZAMBUJA, 2015). Este documento, consentimento informado, também foi a proposição do estudo de TAKAHASHI et al. (2017), investigando a percepção dos alunos sobre a obrigatoriedade e efetividade deste documento em clínica. Concluíram que, em função das respostas encontradas, o documento não é considerado um dever legal, o ato técnico é visto como mais importante que a relação profissional-paciente, entretanto indicam os docentes como agentes de mudança, os quais devem orientar sobre a importância do documento, buscando, além da obrigatoriedade, uma conscientização do seu valor, principalmente no que se refere à autonomia do paciente. Tonin et al. (2017), em pesquisa semelhante, relataram que a maioria dos pacientes (65,8%) assinou o Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); 71,6% assinaram a participação em pesquisas científicas; 47,3% o consentimento

informado sobre o uso de fotografias, e, ainda 64,4% tinham assinado o termo referente a doação de dentes; contudo, 61,3% desconheciam os motivos de o terem feito.

Também o plágio faz parte do contexto da bioética, no que se refere à moralidade comum, buscando a ética e a honestidade de forma responsável. O assunto foi questão de estudo numa amostra representada por alunos de graduação de odontologia, os quais identificavam o plágio como crime e procuravam utilizar de fontes confiáveis de pesquisa, contudo estes normalmente reconheceram como plágio a cópia total da obra e apresentaram dúvidas quanto aos meios de reprodução parcial permitida, quando devidamente referenciado ou perante autorização do autor (GUEDES; GOMES FILHO, 2015).

Além da pesquisa científica e da necessidade e posterior criação do Banco de Dentes Humanos já supracitados, há de se incluir o espelho da bioética frente ao ensino odontológico no próprio exercício profissional.

A bioética como disciplina, deve fundamentar-se em cada realidade social, e torna-se um desafio aos Cursos de Odontologia, na busca por um egresso cujo perfil seja caracterizado de forma mais humana e ética, embora as Diretrizes Curriculares Nacionais não tenham assim citado de forma concisa como um compromisso das instituições (FINKLER et al. 2011).

O paciente atendido em instituições de ensino está em situação de vulnerabilidade, podendo interferir no princípio da autonomia. Sabendo disto, Gonçalves e Verdi (2005) indagaram sobre as situações que levam o paciente a esta condição. A primeira sugestão demanda do reflexo da desigualdade social e da dificuldade para garantir ser atendido, o privilegio dado a alguns 'conhecidos' de funcionários e/ou professores adicionado a necessidade das disciplinas. Outro seria o Termo de Autorização, visto normalmente como mera formalidade, que deve existir frente a cada procedimento a ser realizado, já que o consentimento deve ser livre, esclarecido e voluntário; a necessidade dos pacientes leva a consentimentos sem entendimento. E a última questão levantada referiu-se as metas impostas por algumas disciplinas, tornando o paciente mero objeto, ciclos a se cumprir. Concluíram que todo corpo docente é responsável pela formação ética dos discentes, refletida inclusive na postura profissional exercida pelos professores.

Os cursos de pós-graduação em odontologia avaliados pela CAPES entre 2001 e 2003 foram a amostra do estudo de Aires et al. (2006), os quais observaram que 38% dos cursos com conceitos entre 5 e 7 já possuíam disciplina de Bioética, já 62% dos que possuíam conceitos 3 e 4 mencionavam tratar do conteúdo em algum momento, sugerindo um alerta aos docentes envolvidos.

Musse et al. (2007) avaliaram as instituições de ensino de odontologia no Estado de São Paulo quanto a disciplina de Bioética, como estava inserida na grade curricular, série ministrada e características do professor responsável pelo conteúdo; e observaram a disciplina de forma independente em apenas 8,8% das instituições (n= 45 cursos

pesquisados), e embora os professores estivessem associados em 75% dos casos a comitês de ética e bioética ou com trabalhos publicados/pós-graduados na área, não havia a compreensão da sua atuação no desenvolvimento moral dos alunos. Outro fato preocupante foi à inclusão tardia da disciplina, sendo que o ideal, segundo os autores, seria no primeiro ano.

Seguindo o mesmo enfoque, Gonçalves et al. (2010) avaliaram o conteúdo aplicado na disciplina de Bioética nas Faculdades de Odontologia do país (n=182), contataram naquele momento que 31,3% das instituições brasileiras a possuíam na grade curricular e, entre estas, 66,7% contribuíram com a pesquisa. A nomenclatura Bioética dá nome a disciplina em 54,4% dos currículos, e o conteúdo é ministrado, em sua maioria, no primeiro (28,6%) ou último (33,9%) ano do curso. Ainda mencionaram a sugestão de conduta interdisciplinar do tema, e de aplicabilidade em todos os momentos da graduação do discente. Entre os conteúdos relatados ‘os dilemas bioéticos (76,3%) [...] como clonagem, aborto, transplante de órgãos, atendimento do paciente portador de HIV; histórico da Bioética (65,8%); fundamentos, princípios e modelos bioéticos (57,9%)’ (GONÇALVES et al. 2010, p.73).

A dimensão ética na formação dos discentes de odontologia foi o objetivo do estudo de caso em duas instituições, sendo uma pública e outra particular, na Bahia. Os alunos reconheciam os temas referentes à bioética, sua importância dentro do contexto de formação integral do discente, mencionaram princípios em seus depoimentos, reconhecendo os docentes que interligam a bioética a disciplina ministrada, embora haja exemplo de professores que não se importam com a disciplina e ainda agem inconsistentemente. Os autores acreditam que o princípio da autonomia vem se alicerçando nas clínicas das instituições, embora os alunos não reconheçam realizar esse princípio na prática os pacientes sentem-se respeitados. Todavia, os professores externam a dificuldade de educar seus alunos frente à problematização ética, e os próprios autores referenciam ‘é necessário vencer o preconceito de que nas universidades só se deva discutir tecnociência, até porque a própria ciência na área de saúde tem exigido, cada vez mais, o aprendizado sobre os sentimentos e emoções dos pacientes e dos próprios profissionais (MATOS; TENÓRIO, 2010, p. 3261).

Em pesquisa semelhante, onde coordenadores de curso de odontologia de instituições brasileiras formavam a amostra, a abordagem multidisciplinar e humanizada parece realidade distante, mesmo com a recomendação das Diretrizes Curriculares Nacionais de preparar o aluno para responder aos desafios de forma crítica e reflexiva. A maioria das instituições (53,%) não apresentava no currículo a disciplina de bioética, e dentre as demais, 40% ministrava o conteúdo associado a outra disciplina; somando-se a isso, os professores responsáveis pela disciplina são descritos como de ‘interesse destacado’, não necessariamente estando capacitado para o caso, descrevendo um quadro de desvalorização da Bioética (FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2011).

Os dilemas mais comuns na prática odontológica referenciam 'o advento do HIV/AIDS, o comércio de dentes humanos, as pesquisas que descobrem novas técnicas e biomateriais, os paradoxos entre políticas públicas de saúde e justiça social e a constante busca da humanização e do respeito aos princípios éticos na relação entre profissional e paciente' (GONÇALVES; VERDI, 2007, p.756).

Almeida et al. (2008) sondaram o conhecimento de alunos matriculados em uma instituição de ensino do estado de São Paulo a respeito de ética em pesquisa. Observaram que a maioria dos graduandos (59,31%) mencionou saber o que é ética em pesquisa, correlacionados a 43,63% que já tinham recebido orientação sobre o tema; 88,73% relataram da necessidade de submissão de trabalhos ao Comitê de ética, todavia 52% sabiam os motivos de tal procedimento. Salientaram o baixo percentual de alunos (35%) que haviam realizado algum trabalho científico, e a obrigatoriedade do estímulo por parte dos docentes a desenvolverem tal atividade. E, embora todos os pós-graduandos soubessem a respeito, apenas 60% receberam orientações oficialmente.

Para desvendar a clareza de entendimento dos responsáveis a respeito do tratamento a ser realizado na clínica de odontopediatria, pais e alunos fizeram parte da amostra de pesquisa, onde alunos relatavam o procedimento a ser realizado naquele momento e pais explanavam sobre seu entendimento a respeito de tal fato; 95% qualificaram os alunos como acessíveis ao diálogo, mas apesar de 78,3% afirmarem ter participado no processo de decisão de tratamento, 61,7% não se mostraram esclarecidos (BENDO et al. 2010).

Costa et al. (2009) tiveram como temática o posicionamento dos discentes com relação aos conflitos advindos da relação profissional de saúde e HIV/AIDS. A recusa ao atendimento por discriminação ocorreu em 4,54% dos alunos de odontologia, sendo que profissionais de Educação física e medicina não se recusariam ao atendimento, ademais 56,53% dos estudantes de odontologia acham necessário que o profissional de saúde infectado deva informar seus pacientes, desconhecendo o princípio da confidencialidade. Os mesmos autores, ainda mencionando relacionamento profissional-usuário, com a mesma amostra sob outro enfoque, observaram que não cabe ao profissional de saúde a escolha do tratamento a ser realizado (91,2% da amostra) e que a verdade não deve ser omitida (94%), respeitando o princípio da autonomia; ainda as alegações morais quanto a transfusão sanguínea, onde prevaleceu a vontade do paciente, e na negativa do uso de atestados indevidamente, dever moral e ético do profissional envolvido (COSTA et al. 2010).

Sob outro contexto, Pupilaksis et al. (2010) investigaram o conhecimentos e o comportamento dos alunos e pacientes de uma instituição de ensino do Estado de São Paulo em dois momentos, um antes e outro após a inclusão da disciplina de bioética em sua grade curricular. Observaram que as dúvidas pertinentes à relação profissional-paciente persistiam, sendo na maioria das vezes diminuída pela troca de informações

entre os próprios discentes, demonstrando a predileção do aprendizado técnico sobre o humanizado, e do paternalismo sobre a autonomia do paciente. E, embora a inclusão da disciplina tenha sido um marco, salientam que as relações pessoais professor-aluno e professor-paciente são fundamentais para a formação integral do acadêmico.

Outro estudo, pautado na percepção dos alunos do último ano do curso de odontologia, sobre o conteúdo ministrado na disciplina de Bioética em duas instituições de ensino no Estado do Rio Grande do Norte, apontou que, embora os alunos relatassem conhecer o contexto teórico, não havia incorporação do conteúdo ao cotidiano, na prática clínica, havendo a ‘fragmentação do corpo e ausência de interdisciplinaridade’ (LIMA; SOUZA, 2010, p.237).

Uma atividade aparentemente simples pode direcionar o aluno a percepção da bioética inserida nas relações profissional-paciente e na postura profissional. Assim, Junqueira et al. (2012) descreveram a experiência de alunos da disciplina de Bioética a uma visita a clínica, através de relatos inseridos na plataforma Moodle. Os alunos reconheceram a necessidade de entender o paciente como sujeito, do respeito e confiança mútua; e que a visita alicerçou o conteúdo teórico repassado. O ‘passeio crítico’ pela clínica permitiu aos discentes descobrir o que se passa além do procedimento clínico, antes de se pensar em biotecnologias, e a ferramenta de ensino a distância proporcionou desdobramento do aprendizado através da troca de experiências relatadas.

Os dilemas éticos vivenciados por discentes nas clínicas odontológicas de uma universidade pública foram documentados por Nóbrega et al. (2015), desta maneira 88% dos estudantes tiveram contato com o tema ‘Bioética e situações conflitantes’ e 20% mencionou já ter vivenciado algum conflito, dos quais 60% referendavam divergência de conteúdo entre os professores e 13,3% a recusa em atender pacientes HIV.

O documento regulador das atividades profissionais é o Código de Ética Odontológico, o qual deve ser um norteador dos dilemas éticos vividos por estes profissionais (BANDEIRA et al. 2014), entretanto tem o cirurgião dentista como figura central, posicionando o paciente como coadjuvante, visto o pouco conteúdo que abranja os princípios bioéticos da autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, não acompanhando os aspectos morais contemporâneos (PYRRHO et al. 2009).

Os hospitais públicos que prestam atendimento odontológico eletivo do distrito Federal foram avaliados quanto aos princípios bioéticos de serviço; oito hospitais fizeram parte da amostra, apenas um mencionou não ter prontuário próprio a odontologia para o paciente, assim como uma instituição não utilizava o TCLE, sendo duas de forma escrita e cinco de maneira informal. Embora haja busca pelo princípio da autonomia do paciente, mesmo que verbalmente, os autores mencionam a necessidade dos profissionais envolvidos se aprofundarem no assunto (MALUF et al. 2007).

A percepção de cirurgiões dentistas a respeito dos biomateriais disponíveis a odontologia segundo o enfoque principalista foi o tema da pesquisa Bugarin e Garrafa

(2007). O TCLE é um documento utilizado por 51% dos entrevistados, entretanto apenas 12% destes entregaram uma cópia do documento quando requerido, ainda 51% não participam aos seus pacientes a decisão do tratamento, agindo de forma paternalista; quanto aos biomateriais propriamente dito, 47% não o consideram medicamento embora 55% admitir haver algum risco ao paciente, concluindo que a utilização destes materiais requer conhecimento prévio, para não ferir assim o princípio da beneficência e da não maleficência.

O atendimento odontopediátrico, mais precisamente a técnica de separação acompanhante-criança, foi pesquisado por Costa et al. (2008) sob o foco dos aspectos éticos e legais, em publicações que referenciavam esta temática. Não encontraram trabalhos com evidências de que a separação melhora o comportamento da criança, e sugeriram que esta atitude seja realizada em casos específicos, destacando que a autonomia do responsável deve prevalecer.

Ainda envolvendo crianças e adolescentes, os parâmetros bioéticos em publicações de revistas nacionais e latino-americanas foi averiguado por Couto et al. (2010), os quais constataram que 68,55% dos artigos feriram o princípio da beneficência e nenhum infringiu a não maleficência, somando-se a isso, 58,06% das pesquisas mencionam autorização dos pais através do TCLE, entretanto 51,61% relataram ter sido aprovados pelo Comitê de Ética vigente.

Amorim e Souza (2010) questionaram sobre os problemas éticos vivenciados pelo cirurgião dentista decorrentes da atividade profissional, e embora a amostra seja pequena os apontamentos apresentados foram de grande valia. De interesse a bioética, no que se refere a problemas encontrados nas práticas dos colegas: a realização de tratamentos desnecessários, negligência no cuidado com o paciente, omissão de informações técnicas ao paciente para tomada de decisão, falta de visão integral do usuário; no que tange a relação dentista-paciente citaram o desacordo na opção de tratamento escolhido pelo paciente e omissão frente à iatrogenia de colegas. Os problemas foram relacionados a uma ética pautada em normas e regras, que não presa pelo ensino baseado na crítica e reflexão, e a necessidade do uso de tecnologias leves na relação com os pacientes, buscando um atendimento humanizado. Convém destacar que no que se refere ao desacordo quanto à opção de tratamento é primordial que o paciente discuta e opine sobre sua saúde, sem assumir uma postura de objeto beneficiário.

Yarid et al. (2012) investigaram sobre uma temática da utilização do TCLE na prática diária do profissional cirurgião dentista de uma cidade brasileira, 76,9% explicam conhecer o documento e o consideram importante (84,6%), todavia 53,8% não o utilizam, reconhecem o documento mas não o princípio da autonomia nele embutido.

A radioproteção nos consultórios odontológicos também foi tema de investigação bioética. Segundo os relatos dos cirurgiões dentistas que realizavam radioproteção numa localidade no interior de Minas Gerais, 15,7% possuíam paredes radioprotetidas, por barita

(10,1%) ou revestidas por chumbo (5,6%), e normalmente (80,9%) possuíam os aparelhos na mesma sala de procedimentos; ainda, os equipamentos de proteção individual foram utilizados por 71,9%. Em se tratando da Portaria n° 453/98, a qual regulamenta o uso de raios X, 67,4% a desconheciam e apenas 24,4% da amostra mencionou praticá-la; deixando evidente o descompromisso bioético tanto dos profissionais envolvidos quanto dos órgãos fiscalizadores e a necessidade de educação sobre o assunto (MESQUITA FILHO; CRUZ; ATZINGEN, 2012).

Quando o ambiente hospitalar se torna palco da atuação odontológica também há de se questionar a aplicação dos princípios da bioética, deste modo Freitas-Aznar et al. (2016) notificaram a escassez de trabalhos relacionados a este tema, e os poucos encontrados não estavam alicerçados nos pilares bioéticos da beneficência, não maleficência, autonomia e justiça.

Já uma análise bibliométrica dos trabalhos apresentados nas reuniões da SBPqO segundo Marin et al. (2016), a temática Ética e Bioética foi responsável por 0,19% dos trabalhos apresentados em 11 edições do evento, sendo 0,05% os que referenciavam a Bioética. Entre os assuntos correlacionados a bioética: o estudo desta disciplina nas faculdades brasileiras de odontologia, e a percepção de alunos e profissionais a respeito de aspectos bioéticos, sendo o mais citado a questão do banco de dentes humanos. Os autores atentaram para a importância do tema para formar profissionais sejam comprometidos com a ética e a sociedade.

A Bioética deve ser uma disciplina cujo espectador seja qualquer indivíduo, em qualquer idade, na busca de uma sociedade mais ética e reflexiva, visto que, alunos universitários, com valores pautados desde o seio familiar, tornam a didática um desafio necessário. Ainda mais porque, embora haja a visão de formar um profissional generalista, com a evolução da odontologia não há como se menosprezar as inúmeras opções de especialidades vigentes e, com elas, a projeção de melhor qualidade de vida.

## **2.1 Discussão e resultados**

A presente pesquisa encontrou 471 artigos relacionados ao tema; todavia 234 artigos foram excluídos por serem repetições, não fornecerem acesso à publicação na íntegra, estarem em língua diferente do português ou inglês, e apresentarem-se com formato diferente de um artigo, restando 237 para a análise dos resumos, sendo excluídas 186 publicações, devido não se enquadrarem ao tema proposto ou o estudo ter sido realizada em outro país, restando 51 artigos, que foram lidos na íntegra. Os resultados apontaram para uma vasta quantidade de publicações frente a estes descritores, todavia as que retratam a Bioética como disciplina e vivência na odontologia ainda são poucas, e normalmente restritas a um número limitado de autores.

Os estudos originais representaram 62,75% da amostra (n=32). A temática envolveu o ensino e sua preocupação com a formação crítica, humanizada e reflexiva do aluno

em 62,5% das pesquisas (GONÇALVES; VERDI, 2005; AIRES et al. 2006; GONÇALVES; VERDI, 2007; MUSSE et al. 2007; ALMEIDA et al. 2008; COSTA et al. 2009; COSTA et al. 2010; GONÇALVES et al. 2010; LIMA; SOUZA, 2010; MATOS; TENÓRIO, 2010; PUPLAKSIS et al. 2010; FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2011; SANTOS; TONIN; SILVA, 2011; JUNQUEIRA et al. 2012; GUEDES; GOMES FILHO, 2015; NÓBREGA et al. 2015; ORESTES-CARDOSO; MELO; ORESTES-CARNEIRO, 2015; TAKAHASHI et al. 2017; TONIN et al. 2017). Constatou-se que, embora a maioria das pesquisas seja de caráter pontual, a bioética é uma disciplina em fase de amadurecimento, inclusive aos docentes, talvez por isso a maioria questionou a percepção de alunos, pacientes e docentes aos dilemas bioéticos, realizando uma avaliação diagnóstica.

A criação, entendimento e funcionalidade do BDH foram abordados por 15,62% dos artigos originais (FREITAS et al. 2010; BARROS et al. 2011; COSTA et al. 2012; FELIPE et al. 2014; SLOGO; DOLLANORA; DOLLANORA, 2016) sendo unanimidade os benefícios encontrados, contudo sabe-se que sua criação demanda de esforço, além do entendimento dos profissionais e da população adstrita para que seus objetivos sejam alcançados. Outros 15,62% foram associados à prática profissional da odontologia sob a luz da bioética (BULGARIN; GARRAFA, 2007; MALUF et al. 2007; AMORIN; SOUZA, 2010; MESQUITA FILHO; CRUZ; ATZINGEN, 2012; YARED et al. 2012), deixando evidente a necessidade de envolvimento do cirurgião dentista com estes princípios, os quais devem ser contemplados desde a formação profissional. E, ainda, 6,25% dos trabalhos avaliou as publicações envolvendo a bioética na pesquisa (COUTO et al. 2010; MARIN et al. 2016), deixando evidente o pouco interesse dos pesquisadores sobre o assunto, entretanto alertaram sobre a necessidade de novos estudos.

Os artigos de revisão foram responsáveis por 37,25% das publicações da amostra (n=19), sendo que a temática apresentou-se de diversas formas, circundando desde a preocupação a respeito da bioética como disciplina e sua inserção no currículo (PIRES; CERVEIRA, 2003; GALVÃO et al. 2010; FINKLER et al. 2011; SCANNAVINO et al. 2011; GELBER; ZAGONEL, 2013; MARINOZZI et al. 2013; FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2014), a análise do Código de Ética Odontológico sob o enfoque bioético (PYRRHO et al. 2009; BANDEIRA et al. 2014), assim como a preocupação com a pesquisa (ARAÚJO, 2003; BARROSO et al. 2010; MALUF; PYRRHO, 2015), o banco de dentes humanos (MIRANDA; BUENO, 2012) e a Odontologia sob vários aspectos da prática profissional (COSTA et al. 2008; VALLADÃO et al. 2011; CERRI; GUARIM; GENOVESE, 2015; MALUF; AZAMBUJA, 2015; FREITAS-AZNAR et al. 2016; INOCENTE; MEDEIROS, 2016). Em todas as publicações a preocupação está em torno dos valores bioéticos frente aos avanços da ciência.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bioética, não só como disciplina, permeia as atitudes do ser humano e, também do profissional cirurgião dentista. Através desta revisão pode-se constatar a necessidade de inclusão da bioética como disciplina independente, preferencialmente no primeiro ano de curso, e que ela possa ser vista pelos discentes não apenas como um conteúdo teórico. Muito se tem pensado em como incluir a disciplina pontual, mas a que se permitir que a temática trilhe todos os passos da vida acadêmica e perdure para vida em atitudes de respeito, ética e porque não, amor ao próximo. Para tanto, todo docente, mesmo não sendo responsável pela disciplina específica, além de ter embasamento sobre o assunto, entender que a sala de aula é composta de alunos com exposição a referências morais diferentes e, portanto, uns precisam de mais direcionamento que outros, para que os princípios da bioética sejam vistos e compreendidos na prática. Ademais, sob o olhar da bioética, o ser professor acarreta uma atitude de honestidade entre o seu discurso e as suas ações.

### REFERÊNCIAS

AIRES, C.P. Ensino de bioética em programas de pós-graduação em odontologia no Brasil. **Brazilian Oral Research**, v. 20, n. 4, p. 285-289, 2006.

ALMEIDA, S.M. et al. Análise do conhecimento dos alunos de graduação, pós-graduação e estagiários da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos–Unesp sobre Ética em Pesquisa Odontológica. **Odonto (São Bernardo do Campo)**, v. 16, n. 32, p. 82-89, 2008.

AMORIM, A.G.; SOUZA, E.C.F. Problemas éticos vivenciados por dentistas: dialogando com a bioética para ampliar o olhar sobre o cotidiano da prática profissional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p.869-878, 2010.

ARAÚJO, L.Z.S. Aspectos éticos da pesquisa científica. **Pesquisa odontológica brasileira**, v. 17, n. 1, p. 57-63, 2003.

BANDEIRA, Ana Maria Bezerra et al. A visão bioética do Código de Ética Odontológico Brasileiro. **Revista Brasileira de Odontologia**, v. 71, n. 1, p. 53-57, 2014.

BARROS, G.B. et al. Atuação do projeto de extensão banco de dentes humanos da UESB no ano de 2007. **Revista PROEX**, v. 1, n. 1, p. 65-70, 2011.

BARROSO, R.F.F. et al. Guia para trabalhos de pesquisa clínica em odontologia. **Revista Odontológica do Brasil Central**, v. 19, n. 48, p. 76-79, 2010.

BENDO, J.B. et al. O esclarecimento do responsável com relação ao tratamento odontológico da criança na Clínica de Odontopediatria da FO-UFMG. **Brazilian Dental Science**, v. 11, n. 3, p. 26-31, 2010.

BUGARIN JÚNIOR, J.G.; GARRAFA, V. Bioética e biossegurança: uso de biomateriais na prática odontológica. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 2, p. 223-228, 2007.

CARNEIRO, L.A. et al. O ensino da ética nos cursos de graduação da área de saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 34, n. 3, p. 412-21, 2010.

CERRI, A.; GUARIM, J.A.; GENOVESE, W.J. Planejamento e diagnóstico em Odontologia com os princípios bioéticos. **Revista da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas**, v. 69, n. 3, p. 216-225, 2015.

COSTA, R.R.S. et al. Legitimidade e licitude da técnica de separação acompanhante-criança durante o atendimento odontológico no contexto brasileiro. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 8, n. 3, p. 367-373, 2008.

COSTA, S.M. et al. Visão de discentes sobre atendimento a pacientes HIV/Aids. **Arquivos em Odontologia**, v. 45, n. 1, p. 10-15, 2009.

COSTA, S.M. et al. Implicações bioéticas na relação profissional de saúde e usuários: estudo junto aos acadêmicos dos cursos de saúde na Unimontes. **Odontologia Clínico-Científica**, v. 9, n. 3, p. 263-267, 2010.

COSTA, S.M. et al. Assessment of a state university tooth bank two years after its foundation. **RGO - Revista Gaúcha Odontologia**, v. 60, n. 2, p. 227-232, 2012.

COUTO, G.B.L. et al. Avaliação dos artigos científicos publicados em revistas odontológicas no período de 2002-2005 sob os princípios da bioética: beneficência e não maleficência. **Odontologia Clínico-Científica**, v. 9, n. 2, p. 167-169, 2010.

FELIPE, E.F. et al. Aspectos éticos da obtenção de dentes por estudantes de uma graduação em Odontologia. **Revista Bioética**, v. 22, n. 1, p. 171-175, 2014.

FIGUEIREDO, A.M.; GARRAFA, V.; PORTILLO, J.A.C. Ensino da bioética na área das ciências da saúde no Brasil: estudo de revisão sistemática. **Revista internacional interdisciplinar Interthesis**, v. 5, n. 2, p. 47-72, 2009.

FINKLER, M. et al. Formação profissional ética: um compromisso a partir das diretrizes curriculares? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, n. 3, p. 449-462, 2011.

FINKLER, M.; CAETANO, J.C.; RAMOS, F.R.S. A dimensão ética da formação profissional em saúde: estudo de caso com cursos de graduação em odontologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 11, p. 4481-4492, 2011.

\_\_\_\_\_. Modelos, mercado e poder: Elementos do currículo oculto que se revelam na formação em odontologia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, n. 2, p. 343-361, 2014.

FREIRE, S.M.; TUNES, U.R. A importância dos princípios da bioética na formação do cirurgião dentista contemporâneo. **Revista Bahiana de Odontologia**, v. 8, n. 1, p. 3-5, 2017.

FREITAS, A.B.D.A. et al. Uso de dentes extraídos nas pesquisas odontológicas publicadas em periódicos brasileiros de acesso online gratuito: um estudo sob o prisma da bioética. **Arquivos em Odontologia**, v. 46, n. 03, p. 136-143, 2010.

FREITAS, S.F.P.; KOVALESKI, D.F.; BOING, A.F. Desenvolvimento moral em formandos de um curso de odontologia: uma avaliação construtivista. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.2, n.2, p.453-462, 2005.

FREITAS-AZNAR, A.R. et al. A bioética no contexto da Odontologia Hospitalar: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Odontologia**, v. 73, n. 4, p. 311-314, 2016.

GALVÃO, R.C.D. et al. A importância da bioética na odontologia do século XXI. **Odontologia Clínico-Científica**, v. 9, n. 1, p. 13-18, 2010.

GARRAFA, V. Radiografia bioética de um país-Brasil. **Acta bioethica**, v. 6, n. 1, 2000.

GOLDIM, J.R. Bioética: origens e complexidade. **Revista HCPA**, v. 26, n. 2, p. 86-92, 2006.

GONÇALVES, E.R.; VERDI, M.I.M. A vulnerabilidade e o paciente da Clínica Odontológica de Ensino. **Revista Brasileira de Bioética**. v. 1, n. 2, p. 195-205, 2005.

\_\_\_\_\_. Os problemas éticos no atendimento a pacientes na clínica odontológica de ensino. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 3, p. 755-64, 2007.

GONÇALVES, P.E. et al. Análise qualitativa do conteúdo ministrado na disciplina de bioética nas faculdades de odontologia brasileiras. **Acta Bioethica**, v. 16, n. 1, p. 70-76, 2010.

GUEDES, D.O.; GOMES FILHO, D.L. Percepção de plágio acadêmico entre estudantes do curso de odontologia. **Revista Bioética**, v. 23, n. 1, p.139-148, 2015.

INOCENTE, J.J.; MEDEIROS, U. Aplicação da Bioética na prática clínica diária. **Revista Brasileira de Odontologia**, v. 73, n. 1, p. 04-08, 2016.

JUNQUEIRA, C.R. et al. O ensino de bioética: avaliação discente por meio de fóruns de discussão na Internet. **Acta Bioethica**, v. 18, n. 1, p. 93-100, 2012.

LEITE, A.F.; et al. Uso da casuística no processo ensino-aprendizagem de bioética em saúde. **Revista Bioética**, v. 25, n. 1, p. 82-88, 2017.

LIMA, E.N.A.; SOUZA, E.C.F. Percepção sobre ética e humanização na formação odontológica. **RGO. Revista Gaúcha de Odontologia**, v. 58, n. 2, p. 231-238, 2010.

LUCATO, M.C.; JORGE, M.D.; JORGE, E.S.D.A. Bioética na prática clínica odontológica. *In*: SILVA, RHA et al. **Orientação profissional para cirurgião-dentista**. São Paulo: Santos, 2011, p.487-498.

MACEDO, J.L. Quando a Ética se Torna Moral: considerações sobre o sistema CEP no Brasil. **Revista Mundaú**, n. 2, p. 54-66, 2017.

MALUF, F. et al. Consentimento livre e esclarecido em odontologia nos hospitais públicos do Distrito Federal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1737-1746, 2007.

MALUF, F.; AZAMBUJA, L.E.O. Bioética e odontologia: considerações sobre a relação profissional-paciente. **Revista de Odontologia de Araçatuba**, v. 36, n. 2, p. 61-65, 2015.

MALUF, F.; PYRRHO, M. Biotecnologia e Odontologia: A importância da Bioética para a prática odontológica. **Odontologia Clínico-Científica**, v. 14, n. 3, p. 685-687, 2015.

MARIN, F. et al. Ética e Bioética como temas de pesquisa em Odontologia: uma análise bibliométrica dos trabalhos apresentados nas reuniões da SBPqO. **Revista da ABENO**, v. 16, n. 4, p. 51-60, 2016.

MARINOZZI, S. et al. From Nuremberg to bioethics: an educational project for students of dentistry and dental prosthesis. **Annali di Stomatologia**, v. 4, n. 1, p. 138, 2013.

MATOS, M.S.; TENÓRIO, R. Percepção de alunos, professores e usuários acerca da dimensão ética na formação de graduandos de odontologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2, p. 3255-3264, 2010.

MESQUITA FILHO M.; CRUZ, D.T.; ATZINGEN, A.C.V. Conhecimento e procedimentos em radioproteção em consultórios odontológicos: uma visão bioética. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v.14, n.2, p.44-51, 2012.

MIRANDA, G.E.; BUENO, F.C. Banco de dentes humano: uma análise bioética. **Revista Bioética**, v, 20, n. 2, p. 255-266, 2012.

MONTEIRO, P.J.C. **O ensino da ética/bioética nos cursos de graduação em enfermagem, medicina e odontologia na cidade de Manaus-AM**. Manaus: 2005.

MUSSE, J.O. et al. O Ensino da bioética nos cursos de graduação em odontologia do estado de São Paulo. **Arquivo de Ciências da Saúde**, v. 14, n. 1, p. 13-16, 2007.

NÓBREGA, L.M. et al. A experiência de estudantes de Odontologia com dilemas éticos. **Revista da ABENO**, v. 15, n. 4, p. 10-18, 2015.

ORESTES-CARDOSO, S.; MELO, M.V.S.; ORESTES-CARNEIRO, R. Representação de valores morais para o exercício profissional em estudantes de odontologia. **Revista Bioética**, v. 23, n. 1, p. 178-86, 2015.

PAIVA, L.M.; GUILHEM, D.; SOUSA, A.L.L. O Ensino da bioética na graduação do profissional de saúde. **Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 47, n. 4, p. 357-369, 2014.

PESSINI, L. Bioética: das origens à prospecção de alguns desafios contemporâneos. **O Mundo da Saúde**, v. 29, n.3, p. 305-324, 2005.

PIRES, L.A.G.; CERVEIRA, J. A bioética na Odontologia. **Stomatoss**, v. 9, n. 17, p. 7-12, 2003.

PYRRHO, M. et al. Análise bioética do Código de Ética Odontológica brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 5, p. 1911-1918, 2009.

PUPLAKSIS, N.V. et al. A disciplina de bioética na Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. **Revista Latinoamericana de Bioética**, v. 10, n. 2, p. 68-75, 2010.

REICH, W.T. The word "bioethics": its birth and the legacies of those who shaped it. **Kennedy Institute of Ethics Journal**, v. 4, n. 4, p. 319-335, 1994.

SANCHEZ, H.F. et al. A formação de valores e a prática da atenção primária na saúde com estudantes de odontologia. **Acta Bioethica**, v. 18, n. 1, p. 101-109, 2012.

SANTOS, D.V.; AZEVÊDO, E.E.S. O ensino de bioética nos cursos de graduação em enfermagem das universidades públicas baianas. **Revista de Pesquisa e Cuidado Fundamental**, v. 4, n. 2, p. 2407-18, 2012.

SANTOS, L.F.; TONIN, L.O.; SILVA, R.H.A. Conhecimento de graduandos, pós-graduandos e docentes de Odontologia em relação à bioética. **Arquivo Odontológico**, v. 47, n. 2, p. 78-83, 2011.

SCANNAVINO, F.L.F. et al. O papel da bioética na construção do conhecimento em Odontologia. **Revista Científica Multidisciplinar do Centro Universitário FEB**, v. 7, n. 1, p. 19-24, 2011.

SLONGO, I.L.; DALLANORA, L.F.; DALLANORA, F.J. Avaliar o conhecimento dos cirurgiões-dentistas atuantes na região meio-oeste catarinense acerca da existência do banco de dentes humanos da UNOESC. **Ação Odonto**, n. 1, p. 87-98, 2016.

TAKAHASHI, A. et al. Percepção dos alunos de odontologia na obtenção do consentimento informado em cirurgia bucal. **Publicatio UEPG: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 22, n. 1, p. 21-29, 2017.

TONIN, L.O. et al. Ethical Conducts of Professors, Undergraduates and Graduate Students: The View of Dental School Patients. **Persona y Bioética**, v. 21, n. 1, p. 14-22, 2017.

VALLADÃO, A.S.N. et al. A bioética odontológica contemporânea - Ampliando concepções deontológicas. Disponível em: [http://www.faa.edu.br/revistas/docs/RID/2011/RID\\_2011\\_18.pdf](http://www.faa.edu.br/revistas/docs/RID/2011/RID_2011_18.pdf). Acesso em 31 de jul. 2017.

YARID, S.D. et al. Uso do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) por cirurgiões-dentistas em atividades clínicas. **Odontologia Clínico-Científica**, v. 11, n. 3, p. 239-242, 2012.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aborto 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 76, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 96

Adolescente 57, 58, 59, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 83, 86

### B

Barragens 111, 113, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Bioética 76, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

### C

Cartel 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154

Criança 47, 57, 58, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 79, 83, 86, 99, 102, 103

Crise Humanitária 46, 52

Cultura 28, 29, 41, 56, 67, 68, 75, 112, 114, 115, 116, 120, 142, 144, 148, 170, 190

### D

Decisões Judiciais 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 179

Dignidade 2, 15, 16, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 32, 42, 50, 55, 67, 68, 69, 74, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87

Direito ao Desenvolvimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 28

Direitos Humanos 2, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 70, 76, 77, 78, 83, 84, 85, 92, 117, 131, 132, 178, 190

### E

Estudantes 26, 27, 29, 30, 31, 32, 93, 97, 98, 103, 104, 105, 106, 125, 156, 170, 188

Ética 2, 27, 44, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 157, 158, 167, 170, 178, 186

### F

Fundamentação 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 66, 67, 84, 125

### I

Investigação 30, 32, 36, 70, 82, 99, 117, 153, 180

### J

Juiz 17, 18, 19, 20, 21, 23, 58, 155, 172, 175, 176, 177, 178, 179

## **L**

Lawfare 172, 173, 177, 178, 179, 180

Lazer 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 67, 68

## **M**

Meio Ambiente 63, 90, 91, 92, 109, 110, 113, 116, 120, 121, 122, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 190

Mineração 107, 108, 111, 113, 114, 127

## **N**

Nascituro 41, 42, 43, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Negro 182, 184, 185, 188, 189

## **O**

Ordem Econômica 1, 2, 4, 5, 7, 8, 116, 148, 153

## **R**

Reforma 1, 2, 4, 5, 7

Refugiados 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 141

Responsabilidade Civil 145, 146, 151, 152, 153, 154

## **S**

Sociedade 11, 15, 25, 27, 28, 36, 37, 41, 42, 43, 48, 60, 63, 67, 68, 69, 78, 80, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 100, 107, 108, 111, 119, 120, 126, 127, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 147, 149, 153, 172, 176, 179, 182, 184, 188, 189

## **U**

Unidade de Conservação 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

## **V**

Vulnerabilidade 26, 29, 30, 32, 69, 70, 95, 104



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Ética, Direitos Humanos e Dignidade



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Ética, Direitos Humanos e Dignidade